

PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DE VIOLÊNCIAS:



Experiências e produção do conhecimento
no âmbito das políticas públicas no Brasil

**SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)**

Atena
Editora
Ano 2021

PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DE VIOLÊNCIAS:



Experiências e produção do conhecimento
no âmbito das políticas públicas no Brasil

**SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)**

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Prevenção e enfrentamento de violências: experiências e produção do conhecimento no âmbito das políticas públicas no Brasil

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P944 Prevenção e enfrentamento de violências: experiências e produção do conhecimento no âmbito das políticas públicas no Brasil / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-760-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.601212112>

1. Violência - Aspectos políticos. 2. Políticas públicas - Brasil. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 303.6

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Prevenção e enfrentamento de violências: Experiências e produção do conhecimento no âmbito das políticas públicas no Brasil* apresenta cinco artigos que colocam em destaque as questões relacionadas às várias formas de violência e possibilidades de enfrentamento.

Apresentamos assim trabalhos decorrentes de: relatos de experiências, levantamento bibliográfico, revisão de literatura, análise documental e estudos epidemiológicos.

O primeiro texto apresenta a experiência vinculada à extensão universitária e a proposta de prevenção e enfrentamento de violências no contexto do Sistema Único de Saúde – SUS, suas nuances, desafios e possibilidades na atual conjuntura.

O segundo texto sobre violências cometidas por parceiro íntimo apresenta dados sobre mulheres atendidas em uma unidade de saúde. O texto apresenta assim o resultado dessa pesquisa apontando importantes contribuições ao debate. O terceiro artigo fala sobre violência contra adolescentes analisa dados de 2011 a 2018, trazendo importantes dados decorrente do estudo vinculado.

O artigo sobre violência doméstica, discute as particularidades envolvidas nesse tipo de violência a exemplo de suas origens, marcos históricos e estratégias de enfrentamento. O último texto discute o policiamento comunitário, apontando essa estratégia como uma das formas de enfrentamento de violências na atualidade.

Neste contexto, convidamos a leitura e discussão dos trabalhos de modo a reverberar no cotidiano dos serviços, ampliando estratégias de enfrentamento de violências nos serviços de atendimento à população usuária de serviços públicos em geral.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DE VIOLÊNCIAS NO CONTEXTO DA SAÚDE PÚBLICA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE

Soraya Araújo Uchoa Cavalcanti
Renata Alves César Fernandes
Christiane Virginio de Oliveira Barbosa
Flávia Alves Delgado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6012121121>

CAPÍTULO 2..... 12

EXPERIÊNCIAS DE MULHERES ACERCA DA VIOLÊNCIA COMETIDA POR PARCEIRO ÍNTIMO

Tamires Paulo Ceccon
Franciéle Marabotti Costa Leite
Bruna Venturin
Odelle Mourão Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6012121122>

CAPÍTULO 3..... 25

VIOLÊNCIA CONTRA ADOLESCENTES NO ESPÍRITO SANTO: ANÁLISE ECOLÓGICA DOS ANOS DE 2011 A 2018

Juliana Almeida Storari Silva
Franciéle Marabotti Costa Leite
Solange Drumond Lanna
Edleusa Gomes Ferreira Cupertino
Márcia Mara Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6012121123>

CAPÍTULO 4..... 37

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: O SEGREDO VELADO

Mylena Menezes de França
Ivana Suely Paiva Bezerra de Mello
Silvana Barbosa Mendes Lacerda
Daniela Heitzmann Amaral Valentim de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6012121124>

CAPÍTULO 5..... 51

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO BRASIL: NOVAS FORMAS DE ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS

Carlito Lins de Almeida Filho
Gabriel Eidelwein Silveira
Tamires Eidelwein
Stanley dos Santos Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6012121125>

SOBRE A ORGANIZADORA.....	64
ÍNDICE REMISSIVO	65

CAPÍTULO 1

PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DE VIOLÊNCIAS NO CONTEXTO DA SAÚDE PÚBLICA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE

Data de aceite: 01/11/2021

Soraya Araújo Uchoa Cavalcanti

Doutora em Serviço Social pela UFPE
Hospital Universitário Oswaldo Cruz
Universidade de Pernambuco
Programa de Extensão Saberes e Práticas no
SUS
<http://lattes.cnpq.br/1380971114323937>
<https://orcid.org/0000-0003-0172-3801>

Renata Alves César Fernandes

Doutoranda em Serviço Social pela UFPE
Hospital Universitário Oswaldo Cruz
Universidade de Pernambuco
Programa de Extensão Saberes e Práticas no
SUS
<http://lattes.cnpq.br/7358091445329606>
<https://orcid.org/0000-0003-4478-812X>

Christiane Virginio de Oliveira Barbosa

Mestranda em Serviço Social pela UERN
Hospital Universitário Oswaldo Cruz
Universidade de Pernambuco
Programa de Extensão Saberes e Práticas no
SUS
<http://lattes.cnpq.br/4068340739534592>

Flávia Alves Delgado

Graduanda em Enfermagem
Faculdade Nossa Senhora das Graças
Universidade de Pernambuco
Programa de Extensão Saberes e Práticas no
SUS
<http://lattes.cnpq.br/3735751378172515>

e aprendizados desenvolvidos ao longo da *Formação em Violência e Saúde Pública: Desafios e enfrentamentos para profissionais de saúde* ocorrida no período de agosto a outubro de 2021, no formato online, junto a 70 (setenta) participantes. *É importante ressaltar que a formação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde – SUS é uma competência vinculada a distintas áreas profissionais, dentre elas o Serviço Social. Neste contexto, apresenta os pressupostos, objetivos e possibilidades de forma comprometida com o SUS público e de qualidade.*

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Recursos Humanos, Extensão, Sistema Único de Saúde – SUS.

ABSTRACT: This article is the result of reflections and lessons learned throughout the Training in Violence and Public Health: Challenges and confrontations for health professionals which took place from August to October 2021, in online format, with 70 (seventy) participants. It is important to emphasize that the training of human resources for the Unified Health System – SUS is a competence linked to different professional areas, including Social Work. In this context, it presents the assumptions, objectives and possibilities in a way that is committed to the public and quality SUS.

KEYWORDS: Human Resources Training, Extension, Unified Health System - SUS.

INTRODUÇÃO

A aproximação com a temática de

RESUMO: Este artigo é fruto das reflexões

prevenção e enfrentamento de violências se deu a partir da inserção enquanto profissional no Hospital Universitário Oswaldo Cruz – HUOC da Universidade de Pernambuco – UPE em 2006, naquele período houve o contato com públicos em diferentes faixas etárias em situação de violência durante o atendimento enquanto Assistentes Sociais atuantes na Política de Saúde.

Nesse período, as ações desenvolvidas pelo Serviço Social do HUOC/UPE estavam pautadas nas normativas legais, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso e Lei Maria da Penha, bem como do aparato profissional do Serviço Social, tais como: Lei que Regulamenta a Profissão e Código de Ética Profissional.

Neste contexto, a cada atendimento suspeito de violação de direitos, incluindo situações de violências e negligências, os encaminhamentos vinculados eram tomados, de acordo com a previsão legal.

Ainda nesse período, foram articuladas parceiras no sentido de formação de recursos humanos de forma continuada, seja através de leituras e sistematização e/ou participação de espaços qualificados, a exemplo do Núcleo de Estudos sobre Violência e Promoção da Saúde da Universidade de Pernambuco – NEVUPE, do qual participamos no período de 2010 a 2012.

A identificação de situações de violências precisa ocorrer de forma articulada a atuação entre setores e categorias profissionais distintas, na perspectiva de complementariedade e troca de saberes, com vistas a identificação e interrupção de violências através da articulação do sistema de garantia de direitos.

Os dispositivos integrantes da política de saúde se configuram como locais estratégicos para essa atuação, tendo vista serem a porta de entrada para condições de saúde decorrente dessas violações, seja elas resultantes explícitas da ação ou implícitas, a exemplo de situações negligenciadas.

Em 2016 o Serviço Social do HUOC/UPE passou a desenvolver atividades de extensão universitária, através do Projeto de Extensão Pode Respirar nas temáticas de Promoção da Saúde, Tabagismo e Redução de Danos (CAVALCANTI, 2021).

Em 2017 as atividades de extensão universitária foram ampliadas incluindo assim temáticas de prevenção e enfrentamento de violências através do Projeto de Extensão Rede Interna de atendimento às pessoas em situação de violência (FERNANDES, et al., 2021).

Foi a partir do *Projeto de Extensão Rede Interna* que as ações de prevenção foram acrescidas à atuação dos profissionais do Serviço Social do HUOC/UPE, por meio de identificação e enfrentamento de violências e/ou negligências, assim como incluindo ações de orientação, grupo de estudos e formações sobre a temática para discentes, Residentes e Profissionais de Saúde em geral.

A atuação nos projetos de extensão esteve pautada pela multidisciplinaridade, com presença marcante de discentes de Serviço Social e Enfermagem, contanto com discentes

de Ciências Biológicas. Já na pós graduação contamos com a participação de profissionais Residentes das áreas de: Serviço Social, Psicologia, Terapia Ocupacional, Educação Física, Enfermagem e Farmácia.

No ano de 2021 as ações de extensão capitaneadas pelo Serviço Social do HUOC/UPE passaram a se configurar enquanto Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde (CAVALCANTI, et al., 2021) ampliando assim as atividades e alcance das ações desenvolvidas, a temática em foco nesse artigo é decorrente de uma dessas ações.

Este artigo tem como objetivo colocar em evidência iniciativas que buscam o fortalecimento da oferta de atendimento, especificamente na identificação, interrupção do ciclo de violência no contexto do Hospital Universitário Oswaldo Cruz – HUOC da Universidade de Pernambuco – UPE.

Dessa forma, para este artigo será apresentada especificamente a proposta do curso de extensão intitulada *Formação em Violência e Saúde Pública: Desafios e enfrentamentos para profissionais de saúde*, desenvolvida no segundo semestre de 2021. A perspectiva é que se discuta como essa experiência pode contribuir para o fortalecimento de estratégias de enfrentamento de violências e da atuação em rede no contexto da Saúde Pública e especificamente para a melhoria dos serviços prestados à população usuária dos serviços de saúde.

Desafios para profissionais de saúde no enfrentamento de violências

Nesses últimos anos, especialmente no governo do então presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), observa-se um discurso fortemente ligado à defesa em relação ao retrocesso dos direitos sociais e trabalhistas conquistados no decorrer da década dos anos de redemocratização do Brasil, assim como o esfacelamento das políticas sociais (FERNANDES, 2020).

Nesse sentido, de acordo com Rocha (2017), a partir dessas mudanças no cenário nacional, pode-se perceber o agravamento da falta de condições objetivas de sobrevivência das (os) trabalhadoras (es) — aumento do desemprego, inflação, violência, redução de acesso às políticas públicas e serviços sociais. A redução dos direitos é justificada pela crise fiscal do Estado, existindo um abismo entre o direito e as conquistas sociais garantidas na Constituição Federal de 1988 e a realidade.

A partir desse direcionamento, de negação dos direitos sociais, as políticas públicas e a população brasileira sofrem novo ataque. Claramente é articulado um processo de desmonte na Política de Saúde, agravada de forma mais significativa, com a Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016. Tal emenda altera o ato das disposições Constitucionais transitórias, para instituir o novo regime fiscal, ou seja, congela por 20 anos os investimentos na área de Seguridade Social, causando importantes impactos

nos investimentos nas políticas públicas, em especial na saúde. Segundo Mariano (2017: 261), a Emenda Constitucional n.º95 “obviamente impedirá os investimentos necessários à manutenção e expansão dos serviços públicos, incorporação de inovações tecnológicas, aumentos de remuneração e contratação de pessoal”, entre outros investimentos na área e acrescenta:

além da suspensão do projeto constituinte de 1988, o novo regime fiscal revela uma clara opção por uma antidemocracia econômica, inviabilizando a expansão e até mesmo a própria manutenção de políticas públicas para reservar dinheiro público e garantir o pagamento das obrigações assumidas pelo governo federal brasileiro perante os credores da dívida pública (MARIANO, 2017: 262).

Esses são alguns dos inúmeros desafios que se vivencia em tempos obscuros no país, especificamente na Política de Saúde, em especial para os profissionais que atuam diretamente na referida política pública, incluindo os/as assistentes sociais, com sua importante trajetória nesse campo.

Para Sodré (2010: 456)

no Brasil, o Serviço Social demarcou sua entrada no campo da saúde pública pelo viés dos trabalhos com comunidade, por meio de práticas educativas sobre procedimentos de higiene aplicados à vida privada, incentivando o controle de natalidade, o controle de doenças infantis, de higiene bucal, de saneamento para a criação das primeiras políticas urbanas de saúde, muitas vezes realizado por meio de um trabalho educativo baseado em proporcionar acesso à informação sobre o próprio corpo e a higiene do mesmo. Esse era um trabalho que se mostrava necessário a um país sem escolaridade, com grande parte da população em condição de miséria e revelando desconhecimento sobre o próprio corpo.

Para essa autora a atuação desse profissional no campo da saúde exige para além do atendimento em plantões sociais e leitos de enfermarias o aprofundamento teórico-metodológico, incluindo o aprofundamento da pesquisa na direção da construção de uma prática crítica através do aprofundamento dos seus conhecimentos, a exemplo da ampliação da inserção em Programas de Pós Graduação.

Neste contexto, defende a autora (2010: 469) que:

é exatamente nessa dimensão investigativa do trabalho que imprimimos uma noção constituinte do direito à saúde e aos serviços sociais. Quando os assistentes sociais pensam a realidade, capturando o seu movimento, projetam e imprimem ações que proporcionam enxergar a necessidade de ampliação e de universalização. Assim, em vez de compreender o direito como um campo que se esgota na lei, no constituído, passam a visualizá-lo como um campo aberto, em que novas demandas se reconfiguram, fazendo imprimir a necessidade de pensar as leis, o acesso, a política e a universalização de forma cada vez mais ampla.

Monteiro (2010: 478) ao tratar do atendimento do Assistente Social em unidades de saúde destaca que

no Serviço Social em unidades de saúde de urgência, o assistente social trabalha no regime de plantão e atende os usuários que apresentam necessidades sociais de apoio ao tratamento, à recuperação e, ao mesmo tempo, tenta estabelecer políticas de prevenção e promoção da saúde, atuando nas áreas de recursos institucionais, comunitários, de apoio familiar, entre outras (...) o Serviço Social atua na perspectiva de democratização e socialização de informações sobre a promoção da saúde, prevenção de doenças, de riscos, danos e agravos para os usuários que retornarem do atendimento.

É nesse contexto, que juntamente com demais profissionais de saúde realiza o atendimento de pessoas em situação de violências e/ou negligências, encaminhando usuários e/ou familiares para os serviços de garantia de direitos vinculados.

Concordamos com Mota (2014: 703) quando defende que:

[...] a nosso ver, é preciso apanhar criticamente a imediatividade dos fenômenos, identificando as determinações subjacentes às demandas, desconstruindo-as e promovendo a produção de conhecimentos e de referências que balizem a intervenção profissional. Só com o fortalecimento da articulação entre o espaço acadêmico e o profissional, preservando os limites e possibilidades de ambos, é que os problemas cotidianos vividos pelos profissionais nas instituições podem redundar em ricas temáticas de investigação e pesquisa e retornar à formação e ao exercício profissionais, superando o cotidiano caótico e reificado dos espaços ocupacionais. Essa é uma condição ineliminável e que põe em relevo a necessidade de articular atividades técnicas com uma sólida formação teórica.

Considerando esse movimento, a necessidade de análise crítica da realidade é necessário ser um profissional propositivo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000) para que se possa construir com ações que estejam relacionadas diretamente com as atribuições do Serviço Social e sem perder de vista o projeto ético-político da categoria profissional. Esse movimento dialético, é um grande desafio quando estamos mergulhados no cotidiano das instituições e das crescentes demandas, cada vez mais complexas. Vale ressaltar que é de extrema relevância para que os profissionais estejam constantemente realizando a relação teoria e prática, sempre de formas associadas e intrínsecas a atividade profissional.

Visando contribuir e dar um direcionamento a atuação profissional na Política de Saúde, em 2010 o documento produzido pelo conjunto Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS intitulado *Parâmetros de Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Saúde*. Este documento aponta a atuação de Assistentes Sociais na Saúde ocorre através de: atendimento direto ao usuário – ações socioassistenciais, ações de articulação com a equipe, ações socioeducativas; Mobilização, Participação e Controle Social; Investigação, Planejamento e Gestão; Assessoria e Qualificação Profissional.

Neste contexto, a formação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde – SUS e políticas setoriais estão inseridas no eixo técnico Assessoria e Qualificação Profissional. Para o CFESS (2010: 63):

as atividades de qualificação e formação profissional visam ao aprimoramento profissional, tendo como objetivo a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos usuários. Envolve a educação permanente dos trabalhadores de saúde, da gestão, dos conselheiros de saúde e representantes comunitários, bem como a formação de estudantes da área da saúde e residentes.

Tais ações podem se referem à formação de discentes, Residentes e profissionais de distintas áreas profissionais, incluindo o Serviço Social.

Neste contexto, defende o CFESS (2010: 64):

uma preocupação central que deve nortear a formação profissional é o trabalho interdisciplinar e os princípios do SUS: universalidade, integralidade, participação social. Nessa direção, o debate com relação à revisão do modelo assistencial centrado na doença para o modelo assistencial voltado para a saúde é fundamental, bem como a gestão democrática, pública e universal. Essa diretriz deve nortear também a educação permanente.

Dentre as atividades previstas pelo CFESS (2010: 64-65) estão:

formular estratégias coletivas para a política de saúde da instituição, bem como para outras esferas por meio da organização e coordenação de seminários e outros eventos; qualificar o trabalho do assistente social e/ou dos demais profissionais da equipe de saúde por meio de assessoria e/ou educação continuada; elaborar plano de educação permanente para os profissionais de Serviço Social, bem como participar, em conjunto com os demais trabalhadores da saúde, da proposta de qualificação profissional a ser promovida pela instituição; criar fóruns de reflexão sobre o trabalho profissional do Serviço Social, bem como espaços para debater a ação dos demais profissionais de saúde da unidade.

Dessa forma, pautada nos princípios profissionais e na perspectiva de formação interdisciplinar foi pensada a *Formação em Violência e Saúde Pública. Desafios e enfrentamentos para os profissionais de Saúde* destinada à discentes de Graduação e Pós Graduação, especificamente na modalidade Residência e Profissionais de Saúde e políticas setoriais.

Destaca-se que o desenvolvimento de formação de recursos humanos para o SUS envolve competências e conhecimentos para que perpassam de forma transversal os eixos de atuação profissional estabelecidos pelo CFESS no documento sobre parâmetros de atuação profissional.

Do mesmo modo, exige atuação interdisciplinar envolvendo saberes e práticas de distintas áreas profissionais. A estratégia utilizada na formação de recursos humanos de forma associada a extensão universitária também permite a inserção de discentes de graduação e pós graduação de áreas diversas, contribuindo assim para a formação em diferentes níveis.

Neste ponto, destacamos que embora a formação de recursos humanos para o SUS se configure como área de competência profissional do Assistente Social (CFESS, 2010), não é uma atribuição privativa, pelo contrário, partilha de saberes e práticas com distintas

áreas profissionais.

Assim, a elaboração, planejamento, execução e sistematização dessas atividades formativas contam com discentes de graduação e pós-graduação – enquanto extensionistas do *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS*; profissionais de Saúde e políticas setoriais – enquanto facilitadores das discussões vinculadas em sua expertise de saber; e o público heterogêneo de participantes da formação – discentes e profissionais de saúde e políticas setoriais.

Neste contexto, a formação de recursos humanos para o SUS pode proporcionar aprendizados e troca de saberes em distintas possibilidades de aprendizado, heterogêneos e interligados entre si, especialmente para os extensionistas integrantes da proposta de extensão universitária.

A primeira delas para os discentes extensionistas que através da monitoria de cursos de extensão, contribuem no processo de planejamento, execução e sistematização das experiências e conhecimentos apreendidos.

A segunda através da participação dos encontros da formação e da troca de saberes entre os distintos participantes – extensionistas, participantes, coordenadores e facilitadores.

A terceira através da sistematização das experiências e partilhas em eventos científicos, Relatos de Experiências, Rodas de conversa e outros.

E a quarta, comum a todos os públicos envolvidos, a possibilidade desse conhecimento reverberar em seu cotidiano profissional contribuindo para o exercício profissional pautado nos princípios do SUS e para a melhoria da qualidade do atendimento ao usuário.

Tal qual Mota (2014: 701-702) é preciso reafirmar:

a necessidade de exercitar nossa capacidade de análise da experiência profissional cotidiana, identificando: a) iniciativas que evidenciem posturas anticapitalistas; b) processos de democratização de decisões; c) conquistas e possibilidades do exercício de direitos; d) mediações pedagógicas, éticas e formativas que contribuam para a formação de consciência crítica da população usuária. Em resumo, é necessário assumir o desafio de responder cotidianamente à questão: quais aspectos da produção e reprodução da realidade foram ou poderiam ser tensionados pela ação do Serviço Social?

Este questionamento deve estar presente de forma continuada na atuação dos Assistentes Sociais e de distintos profissionais da Saúde e políticas setoriais na defesa da política pública, gratuita e de qualidade.

Formação de Recursos Humanos para o enfrentamento de violências no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS

A Formação em Violência e Saúde Pública. Desafios e enfrentamentos para os profissionais de Saúde foi aprovada através do Edital de Fluxo Contínuo de Extensão da

Universidade de Pernambuco – UPE nº 002/2021, sendo essa uma atividade integrante do *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde*, aprovado via Edital do Programa de Fortalecimento Acadêmico – PFA/UPE nº 001/2021.

Essa é a segunda edição do curso de extensão¹, sendo a primeira em formato online. No ano de 2021 em virtude da adoção de medidas de distanciamento enquanto prevenção para a disseminação do coronavírus (Covid-19). A formação foi desenvolvida no formato online, através de plataforma de ensino, também foi utilizado o Google Sala de Aula como repositório da formação. Os encontros ocorreram no período de agosto a outubro de 2021, tendo 70 (setenta) concluintes oriundos de distintas regiões do Brasil.

A formação teve por objetivos: desenvolver ações educativas junto aos usuários do HUOC e/ou serviços vinculados sobre a temática de violência; incentivar a estruturação do fluxo (rede interna) de atendimento e notificação dos casos de suspeita e/ou confirmação de violências previstas em lei contra pacientes acompanhados no Hospital Universitário Oswaldo Cruz e/ou serviços vinculados; produzir artigos, relatos de experiência e/ou correlatos sobre as atividades desenvolvidas no Programa de Extensão.

As temáticas trabalhadas foram: Violência Estrutural e racismo; Violência contra a pessoa Idosa e a atuação do Ministério Público de Pernambuco frente às situações de violências notificáveis; Tipificação, notificação de violências e rede de atendimento; Violência contra criança e adolescente: debate contemporâneo; Desigualdade de gênero, violências e a lei Maria da Penha; Violência autoprovocada e rede de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS); Violência contra a pessoa com deficiência; Violência contra as pessoas LGBTQIA.

Para a realização das discussões foram articuladas instituições de referência nas discussões. Assim foram convidados profissionais das seguintes instituições: Hospital Universitário Oswaldo Cruz – HUOC; Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensões no campo da Política da Criança e do Adolescente – GECRIA/ Universidade Federal de Pernambuco-UFPE; Ministério Público de Pernambuco; Secretaria de Saúde do Recife; Programa de Residência em Cuidados Paliativos da Universidade de Pernambuco – UPE; Programa de Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial - REMRAPS da Secretaria de Saúde do Recife; Tribunal de Justiça de São Paulo – TJSP; Universidade de Pernambuco – UPE; Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

A formação teve carga horária total de 40h, sendo a metodologia utilizada pautada na partilha de saberes e de aproximações com metodologias ativas de ensino (CAVALCANTI, 2021). Neste sentido, buscou-se a partir da realidade dos participantes refletir sobre o cotidiano profissional em distintos espaços profissionais para além da política de saúde, proposta inicial da formação, o que possibilitou avançar para além da perspectiva multiprofissional alcançando discussões intersetoriais envolvendo distintas

¹ Para conhecer a proposta da primeira turma sugerimos FERNANDES, et al. (2021). Disponível no link: <https://sistema.atenaeditora.com.br/index.php/admin/api/artigoPDF/50763>.

políticas setoriais.

Dentre os participantes da formação destacam os profissionais da área de Saúde e Políticas Setoriais, Residentes em Saúde e Discentes de Graduação. Neste contexto, registra-se o quão oportuno pode-se configurar o acesso de Discentes, Residentes e Profissionais de distintas áreas independente de sua localização no sistema de garantia de direitos.

Dessa forma, espera-se através da oferta continuada de formação de recursos humanos para a prevenção, identificação e enfrentamento de violências: contribuir o atendimento de pessoas em situação de violências e dessa forma mitigar os impactos nessa população.

A inserção de discentes de Graduação e Residentes em Saúde pode ser uma estratégia profícua para a ampliação do acesso e melhoria da qualidade dos serviços prestados por esse público independente do espaço profissional que ocupa. Neste sentido, defendemos que formações com essas temáticas estejam presentes na Graduação de distintas áreas profissionais, e mais especificamente na formação de Residentes em Saúde de área uniprofissional e multiprofissional, dada a ligação direta com o atendimento à população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS importante porta de entrada para atendimento às pessoas em situação de violências.

Neste contexto, o *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde*, em 2022 continuará com a oferta de formação de recursos humanos para o SUS direcionada aos Discentes de Graduação e Residentes em Saúde, podendo configurar como disciplina eletiva de cursos de Graduação e/ou Programas de Residência em Saúde para os cursos e/ou programas que não preveem essa discussão em sua grade².

Uma segunda oferta formativa na área de enfrentamento de violências desenvolvido pelas atividades integrantes do *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* foi o minicurso de *Notificação de Violências Interpessoais*. Entre 2020 e 2021 foram desenvolvidos cinco turmas através das atividades de extensão e Semana Universitária da UPE.

A proposta desse minicurso é que seja de curta duração, com informações iniciais sobre o tema e que possa atingir um número expressivo de pessoas, participando no total de 236 pessoas, entre profissionais de saúde, de assistência social e discentes de diversas áreas. Durante o minicurso foram discutidos os diversos tipos de violências interpessoais, em especial aquelas perpetradas contra mulheres, crianças, adolescentes, pessoa idosa, pessoa com deficiência, grupo LGBTQI+ e indígenas.

A realização dos minicursos em *Notificação de Violências Interpessoais* teve como propósito divulgar questões vinculadas ao preenchimento de fichas de notificação, buscando implementar estratégias de cuidado comprometidas com os princípios da atenção

2 Para quem desejar informações nesse sentido, sugerimos contatar pelo: saberesepaticassus.huoc@upe.brou ainda acompanhar nossa página no Instagram: [saberesepaticassus](https://www.instagram.com/saberesepaticassus)

às pessoas em situação de violência no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

A oferta de minicursos em *Notificação de Violências Interpessoais* continuará em 2022, ao lado de outras ofertas para a formação de recursos humanos, a exemplo de: A centralidade da Família na agenda das políticas setoriais; Promoção da Saúde, Tabagismo e Redução de Danos no SUS; Projetos de Intervenção no contexto da Saúde Pública; HIV/AIDS impactos da atual conjuntura no enfrentamento da pandemia (CAVALCANTI, et. all, 2021).

RESULTADOS

Dentre os eixos importantes para o planejamento e excelência nos resultados alcançados estão a organização do curso, que vai desde a elaboração, execução e finalização e as temáticas abordadas, isto é, que atenda os objetivos propostos pelo curso e principalmente potencialize o conhecimento e confira autonomia aos sujeitos participantes. A metodologia utilizada foi acessível, de fácil manuseio aos participantes, atendendo as demandas e propostas do curso.

Assim, no final da formação, ao se fazer uma análise desses três eixos com 68 avaliações dos participantes, obtivemos os seguintes resultados: no quesito organização do curso, 85,3% considerou ótima e 14,7% bom, já sobre as temáticas abordadas para 94,1% foi ótima, 4,4% bom e 1,5% regular, com relação a metodologia do curso, 82,4% classificou como ótima e 17,6% como bom. Dessa forma, com a devolutiva e avaliação realizada, identificou-se a satisfação dos participantes com as propostas e abordagens do curso. Dessa forma, podemos afirmar que os objetivos da formação foram alcançados.

Essa avaliação refere-se ao curso de extensão (40 horas), em destaque nesse artigo. Assim, não incluímos aqui as avaliações vinculadas às ofertas dos minicursos de *Notificação de Violências Interpessoais* e outros. Esses serão objetos de outras discussões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da formação, foi perceptível que os objetivos propostos pelo curso impactaram a vida dos indivíduos de maneira positiva, corroborando com sua formação acadêmica e atuação profissional, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e reflexivos.

Diante disso, é possível inferir a importância do curso para à sociedade de maneira geral, uma vez que esses profissionais, lidam diariamente em seus ambientes de trabalho, os/as usuários/as, que necessitam de uma assistência singular e integral, que garantam a efetividade dos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde – SUS.

Assim, os aprendizados adquiridos no decorrer da formação, sugerem a reflexão crítica por parte dos participantes suas práticas profissionais e espera-se dessa forma que os conhecimentos obtidos, reverberem no SUS na direção da oferta de melhores condições de atendimento, acolhimento e resolubilidade aos usuários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 02 set. 2018

BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 95 de 2016**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

CAVALCANTI, S.A.U. Promoção da Saúde, Tabagismo e Redução de Danos no SUS: A Experiência do Projeto de Extensão Pode Respirar! Discutindo Promoção da Saúde no SUS/UPE *In: A atuação do Assistente Social na Saúde: contribuições para o debate*. Ponta Grossa, Atena Editora, 2021. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/50283> Acesso em: 12/09/2021.

CAVALCANTI, S.A.U Et All. Saberes e Práticas no SUS: Contribuições para o debate da Extensão Universitária no Contexto da Saúde Pública *In: Políticas Sociais no Brasil: Reflexões sobre a Pesquisa, Ensino e cotidiano nos Serviços*. Ponta Grossa, Atena Editora, 2021. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/55771> Acesso em: 12/09/2021

CFESS. **Parâmetros para Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília, CFESS, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf Acesso em: 06/09/2021

FERNANDES, R.A.C Et All. A Experiência do Projeto de Extensão Rede Interna de Atendimento às Pessoas em situação de violência: contribuições no processo de desnaturalização da violência *In: A atuação do Assistente Social na Saúde: contribuições para o debate*. Ponta Grossa, Atena Editora, 2021. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/50763> Acesso em: 12/11/2021

FERNANDES, R.A.C. **Mulheres vivendo com HIV/Aids: processos de (auto) cuidado, violências e sorofobia. Percursos na Política de Saúde**. Recife: UFPE, 2020 (Dissertação). Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39063> Acesso em: 12/11/2021

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológico**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

MARIANO, C.M. **Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre**. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, vol. 4, n. 1, p. 259-281, jan./abr. 2017. Disponível em : Acesso em: 08 de nov. 2020.

MONTEIRO, F. O. Plantão Social: Espaço Privilegiado para identificação/notificação de violências contra crianças e adolescentes. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.103, p. 476-502, jul./set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Cjk7t5FdzxxDzGYN6NBwKlr/?lang=pt> Acesso em: 30/11/2021.

ROCHA, S. Projeto Ético Político- desafios e materialização na conjuntura de crise econômica e social. **O Serviço Social: velhas e novas fronteiras**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

SODRÉ, F. Serviço Social e o Campo da Saúde: Para além de Plantões e encaminhamentos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.103, p. 453-475, jul./set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/RzTqSGSgYj69MbtN9tzk9tP/?lang=pt> Acesso em: 30/11/2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abuso psicológico 13
Adolescência 26, 27, 39
Adolescente 2, 8, 25, 26, 27, 34
Agravado 12, 21, 26, 27, 31, 32, 33
Agressão 13, 16, 18, 19, 20, 25, 37, 38, 41, 42, 44, 45, 47, 48
Agressão física 13, 42, 44, 48
Atenção integral à saúde 27

C

Coerção sexual 13
Constituição democrática 51, 52
Criminalidade 48, 55, 56, 59

D

Declaração universal dos direitos humanos 55

E

Estado 3, 11, 13, 20, 24, 25, 28, 34, 36, 49, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 59, 61, 63
Estado brasileiro 52
Estado moderno 51, 52, 61
Estudo epidemiológico 14, 25, 27
Extensão universitária 3, 2, 6, 7, 11, 64

F

Formação de recursos humanos 1, 2, 5, 6, 7, 9, 10

G

Gênero 8, 13, 21, 23, 24, 37, 38, 39, 40, 41, 48, 49

I

Índice de desenvolvimento humano 25, 27
Instituto brasileiro de geografia e estatística 15, 27, 34, 40

L

Linha de cuidado 27

M

Ministério da saúde 26, 33, 34, 35, 36

Mortalidade 38

Mulher 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 60

Mulheres adultas 14, 21

N

Notificação 8, 9, 10, 11, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35

O

Organização mundial de saúde 12, 14, 22

P

Parceiro íntimo 4, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 48

Polícia 12, 16, 18, 19, 20, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

Polícia militar 51, 53, 54, 57, 58, 59, 61, 62, 63

Proteção integral 27

R

Rede de cuidado 27

Redemocratização 3, 54

S

Saúde mental 38, 39, 42, 43, 64

Saúde pública 4, 1, 3, 4, 6, 7, 10, 11, 13, 23, 31, 35, 42, 47, 48, 49, 64

Sistema único de saúde 3, 1, 5, 7, 8, 9, 10, 21, 36, 64

V

Violência 3, 4, 1, 2, 3, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 63

Violência autoprovocada 8, 26, 34

Violência contra a mulher 12, 13, 14, 16, 19, 21, 23, 24, 37, 40, 42, 47, 49, 50, 60

Violência doméstica 3, 4, 13, 20, 24, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 60

Violência física 14, 20, 21, 24, 38, 41, 42, 43, 49

Violência psicológica 14, 20, 43, 44, 48, 49

PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DE VIOLÊNCIAS:



Experiências e produção do conhecimento
no âmbito das políticas públicas no Brasil

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DE VIOLÊNCIAS:



Experiências e produção do conhecimento
no âmbito das políticas públicas no Brasil

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021